

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES COTISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as informações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2014, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Panamericano Consórcio") é uma empresa controlada pela Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros"), que detém 78,99% de seu capital total, e pela Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Pan Arrendamento"), que detém 21,01% de seu capital total, sendo que ambas são controladas pelo Banco Pan S.A. ("Pan" ou "Banco"). A Panamericano Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No 1º semestre de 2014, a receita de prestação de serviços foi de R\$4,5 milhões, 45,6% menor em relação ao 2º semestre do ano anterior. O resultado bruto da Panamericano Consórcio foi de R\$1,0 milhão no 1º semestre de 2014, comparado a R\$1,1 milhão no 2º semestre de 2013, o que representa uma redução de 9,0%.

A Panamericano Consórcio apresentou, no 1º semestre de 2014, um prejuízo de R\$303,0 mil, comparável a um prejuízo de R\$776,0 mil no 2º semestre de 2013. O patrimônio líquido em 30 de junho de 2014 atingiu R\$18,7 milhões, com redução de 1,6% em relação ao 2º semestre do ano anterior.

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras da Panamericano Consórcio passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PWC"), em substituição à

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no 1º semestre de 2014 a Panamericano Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na gestão dos eventos recentes e aplicação das novas diretrizes, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 4 de agosto de 2014
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

Ativo Circulante	Nota	2014		2013		Passivo Circulante	Nota	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013			2014	2013		
Disponibilidades		3.396	6.679	11.039	14.196	Outras obrigações		11.039	14.196		
Outros créditos		5	6	9.998	11.023	Obrigações com grupos de consórcio	6.c	9.998	11.023		
Diversos	5.b	3.391	6.673	12	12	Sociedade		12	12		
Realizável a Longo Prazo		37.347	39.697			Fiscais e previdenciárias	6.a	305	983		
Títulos e valores mobiliários		19.805	23.401			Diversas	6.b	724	2.178		
Carteira própria	4	19.805	23.401	11.141	13.307	Exigível a Longo Prazo		11.141	13.307		
Outros créditos		17.542	16.296			Outras obrigações		11.141	13.307		
Créditos específicos	5.a	2.040	4.799	6.c	2.040	4.799	6.c	2.040	4.799		
Diversos	5.b	15.502	11.497	6.a	549	675	6.b	8.552	7.833		
Permanente		117	110			Patrimônio Líquido		18.680	18.983		
Intangível		117	110			Capital realizado		12.388	12.388		
Ativos intangíveis		590	565	8	12.388	12.388		12.388	12.388		
(-) Amortizações acumuladas		(473)	(455)			Reserva de capital		1	1		
						Reserva de lucros		6.291	6.594		
Total do Ativo		40.860	46.486	40.860	46.486	Total do Passivo		40.860	46.486		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

Saldos em 30 de Junho de 2013	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reservas Especiais de Lucros		
Prejuízo	12.388	1	387	-	6.995	19.771
Destinações:					(776)	(776)
Reserva Legal	-	-	(38)	-	38	-
Reservas Especiais de Lucros	-	-	-	6.245	(6.245)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(12)	(12)
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	12.388	1	349	6.245	-	18.983
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	12.388	1	349	6.245	-	18.983
Prejuízo	-	-	-	-	(303)	(303)
Destinações:						
Reservas Especiais de Lucros	-	-	-	(303)	303	-
Saldos em 30 de Junho de 2014	12.388	1	349	5.942	-	18.680

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
Ativo Circulante		147.093	138.732	Passivo Circulante	147.093	138.732
Disponibilidades		42	1	Obrigações com consorciados	20.517	19.051
Depósitos bancários		42	1	Valores a repassar	10.584	9.669
Aplicações financeiras	19	82.658	76.449	Obrigações por contemplações a entregar	54.326	52.987
Outros créditos		64.393	62.282	Obrigações com a administradora	100	-
Bens retornados ou devolvidos		60	56	Recursos a devolver a consorciados	50.868	47.482
Direitos junto a consorciados contemplados		64.333	62.226	Recursos dos grupos	10.698	9.543
Normais		62.801	60.910	Compensação	467.688	535.536
Em atraso		1.368	1.179	Recursos mensais a receber de consorciados	1.987	2.177
Em cobrança judicial		164	137	Obrigações do grupo por contribuições	257.943	293.026
Compensação		467.688	535.536	Bens a contemplar	207.758	240.333
Provisão mensal de recursos a receber de consorciados		1.987	2.177			
Contribuições devidas ao grupo		257.943	293.026			
Valor dos bens a contemplar		207.758	240.333			
Total do Ativo e Compensação		614.781	674.268	Total do Passivo e Compensação	614.781	674.268

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora") é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as instituições.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 1.566/09;
- CPC 02 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

As demonstrações financeiras, referentes ao período findo em 30/06/2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 04/08/2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas ao valor recuperável, quando aplicável, estão representadas, basicamente, por ágio pago por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

c) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Provisão para perdas:

A provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio está constituída 100% sobre o total dos empréstimos efetuidos aos grupos de computadores.

e) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

f) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pago por rentabilidade futura de investimento e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear em 5 anos.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

h) Obrigações:

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual a do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio".

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou

ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

k) Lucro por cota:

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

i) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

m) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

De 1 a 3 anos	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor de Mercado (b)	Valor Contábil	Valor de Mercado (b)
Papel/lastro da operação				
Títulos disponíveis para venda				
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	19.805	19.805	19.805	23.401
Total	19.805	19.805	19.805	23.401

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro - CDI.

(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5) OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos específicos

	30/06/2014	31/12/2013
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	1.808	4.487
Bens retornados após encerramento	232	312
Total (a)	2.040	4.799

(a) Nota 6.c

b) Diversos

	30/06/2014	31/12/2013
Taxa de administração a receber	167	42
Cotas de grupos de consórcio (a)	153	141
Empréstimos a grupos de consórcio (b)	585	485
Provisão para perdas sobre empréstimos a grupos de consórcio (c)	(485)	(485)
Impostos a compensar	3.456	3.988
Créditos tributários (nota 15)	3.362	3.144
Depósitos e bloqueios judiciais	11.384	10.572
Outros créditos	271	283
Total	18.893	18.170

(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos;

(b) Referem-se a empréstimos efetuados aos grupos de consórcio para encerramento destes no período de 12/2004 a 02/2014. Esses valores serão devolvidos à Administradora à medida que forem recebidos os valores pendentes de cobrança; e

(c) Referem-se à provisão para perda de empréstimos efetuados aos grupos de computadores.

6) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	30/06/2014	31/12/2013
Parcelamento Refis - Lei nº 11.941/2009	675	738

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	30/06/2014	31/12/2013	1º Semestre de 2014	2º Semestre de 2013
Banco Pan S.A.				
Depósitos bancários	5	6	-	-
Títulos e valores mobiliários - CDBs	19.805	23.401	1.019	1.120
Valores a pagar de sociedades ligadas	-	(18)	-	-
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.				
Dividendos propostos	(3)	(3)	-	-
Pan Seguros S.A.				
Dividendos propostos	(9)	(9)	-	-
Valores a pagar de sociedades ligadas	-	(4)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.				
Valores a pagar de sociedades ligadas	(9)	(4)	(5)	(21)
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.				
Valores a pagar de sociedades ligadas	(8)	(47)	(71)	(124)

b) Limite Operacional - Acordo da Basileia:

Conforme Resolução CMN nº 4.193/13 e regulamentações complementares, as instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), definido pela Resolução CMN nº 4.192/13, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. O Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., como parte integrante do Conglomerado Financeiro do Banco PAN, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco PAN. Em 30/06/2014 o Conglomerado Banco PAN apresentou o Índice de Basileia de 11,5%.

O Banco PAN realiza a mensuração do capital regulatório a partir dos modelos padronizados definidos pelo CMN e BACEN. Os limites operacionais são apurados mensalmente e o capital é comparado com a exigência decorrente das exposições aos riscos de mercado, relacionado à ponderação de ativos (risco de crédito, entre outros), operacional e de taxas de juros da carteira de não-negociação.

Consoante aos preceitos do Novo Acordo de Capital (Basileia III), o BACEN publicou, em 2013, as Circulares nºs 3.644, 3.641, 3.634 a 3.639, 3.640 e 3.464, que definem, respectivamente, as metodologias de cálculo das parcelas de capital necessárias para os Riscos de Crédito, Câmbio, Mercado, Operacional e Risco das operações sujeitas à variação de preços e taxas de juros classificadas na carteira de não-negociação. As aplicações das normas descritas ocorreram a partir de outubro de 2013 e substituíram a Resolução nº 3.490/07 e Circulares associadas que vigoraram até 30/09/2013.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 30/06/2014 e 31/12/2013, a Administradora não possui operação em aberto com instrumentos financeiros derivativos.
b) No período findo em 31/12/2013 foram provisionadas remunerações aos administradores no montante de R\$ 1.560. Na Assembleia Geral Ordinária de 25/03/2014 foi definido o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2014 no montante de R\$ 3.500.
c) O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logísticos, com prazo de amortização de 5 anos, no montante de R\$ 117 (2013 - R\$ 110).
d) Obrigações sociais e estatutárias refere-se em 2013 a dividendos a pagar, no montante de R\$ 12.

18) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

- a) Aplicações financeiras:**
As aplicações financeiras são recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicadas seguindo as determinações do BACEN.
b) Rendimentos de aplicações financeiras:
Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.
c) Direitos junto a consorciados contemplados:
Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.
d) Obrigações com consorciados:
As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.
e) Valores a repassar:
Os valores a repassar referem-se a taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.
f) Recursos a devolver a consorciados:
Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela SELIC.
g) Previsão mensal de recursos a receber:
A conta de compensação "Previsão mensal de recursos a receber" representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.
h) Contribuições devidas ao grupo:
A conta de compensação "Contribuições devidas ao grupo" representa a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar:

A conta de compensação "Valor dos bens a contemplar" representa o valor total dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados:

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 20,2% (19,4% em 2013).

k) Recursos utilizados:

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

l) Informações complementares sobre os grupos em andamento:

	Quantidade	
	30/06/2014	31/12/2013
Grupos administrados	20	18
Conсорciados ativos	4.480	4.077
Grupos constituídos no semestre	2	-
Grupos encerrados no semestre	-	-
Conсорciados contemplados	2.576	2.479
Conсорciados desistentes e excluídos - total	32.609	31.935
Conсорciados desistentes e excluídos no semestre	713	747
Conсорciados inadimplentes	611	319
Bens entregues no semestre	129	209
Bens pendentes de entrega - total	580	614
Bens pendentes de entrega no semestre	117	103
Taxa média de inadimplência dos consorciados (a)	13,6%	7,8%

(a) Quantidade de consorciados inadimplentes/consorciados ativos

19) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - GRUPOS DE CONSÓRCIO

	30/06/2014		Total	31/12/2013
	Até 12 meses	De 1 a 3 anos		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	47.945	34.713	82.658	76.449
Total	47.945	34.713	82.658	76.449

DIRETORIA

José Luiz Acar Pedro
Paulo Alexandre da Graça Cunha

Leandro de Azambuja Micotti
Eduardo Nogueira Domeque

José Luiz Trevisan Ribeiro (1)
Carlos Eduardo Pereira Guimarães (1)

Eduardo Almeida Prado (1)
Alex Sander Moreira Gonçalves (1)

(1) Homologado pelo BACEN em 07/08/2014

CONTADOR

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2014 e as variações nas disponibilidades de grupo de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 14 de agosto de 2014



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Aos Administradores e Sócios

Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2014 e a demonstração das variações nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa mesma data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.